

Jader se diz contra imunidade

O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), informou em discurso na tribuna da Casa, que vai apresentar um projeto de resolução ou um projeto de decreto legislativo autorizando antecipadamente o Supremo Tribunal Federal a

processá-lo diante de qualquer denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal. Se aprovado, o projeto de Jader significará, na prática, que ele abriu mão de sua imunidade parlamentar. "Autorizo previamente ao Supremo instaurar um

processo contra mim para que não se diga que o presidente desta Casa estaria fazendo acordos para se salvar de denúncias", avisou Jader Barbalho. Em meio a seu pronunciamento, Jader não escondeu o constrangimento ao ser interrompido pelo

senador Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ). "O senhor está envolvido nesse caso (da violação do painel) em sua origem", disse Saturnino numa referência ao duelo travado entre ele e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) há mais de um ano.

O SR. PRESIDENTE

EDISON LOBÃO (PFL-MA)

Concedo a palavra ao senador Jader Barbalho, por cessão do senador Lauro Campos, pelo prazo de 20 minutos.

JADER BARBALHO (PMDB-PA)

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. senadores, desejo, em primeiro lugar, agradecer ao senador Lauro Campos a gentileza da cessão do seu tempo, para que eu pudesse usar da palavra neste momento.

Desejo, em verdade, fazer uma breve comunicação ao Senado, mas não pretendo aqui cansar esta Casa, repetindo argumentos já oferecidos em pronunciamento anterior. Sinto tal necessidade, pelo fato de ser o presidente do Senado Federal — pela vontade, repito, da maioria absoluta da Casa — e em face das reiteradas manifestações, aqui e ali, na imprensa escrita, na televisão e no rádio, de que há denúncias em relação à figura do Presidente do Senado Federal. Agora, como disse bem o senador Roberto Freire, já há todo um trabalho envolvendo o nome do presidente do Senado, nessa questão relativa ao painel eletrônico da Casa, ao Senador Antonio Carlos Magalhães e ao Senador José Roberto Arruda. Tantas vezes, vim aqui, sr. presidente, para dizer que, em relação ao episódio do Banco do Estado do Pará, fui vítima durante nove anos, por desconhecer que um parecer final do Banco Central do Brasil, concluindo e analisando todas as inspeções realizadas naquele período de 1984, declara, de forma enfática e nominal, a minha exclusão da tal audição. Já disse isso mil vezes, já distribuí à imprensa o parecer do dia 6 de maio de 1992, assinado pelo chefe do Departamento Jurídico, pelo procurador-geral do Banco Central, pelo presidente do Banco Central, à época.

Mas o que vale não é esse parecer. Esse parecer não vale. O parecer final do Banco Central, que aliás me foi sonogado não vale, Sr. presidente.

Nesse final de semana fui objeto de uma especulação estapafúrdia de uma senhora do interior do Tocantins, que ouviu falar no cabeleireiro, ou foi no supermercado, ou foi na feira livre, que eu era beneficiário de um esquema na Sudam.

Aguardava-se o tal relatório da Sudam. Não houve uma frase, em todo o relatório, que me envolvesse. Publicaram-se as tais fitas. Não houve uma frase sequer que me envolvesse. Mas há toda uma campanha orquestrada no sentido de manter o nome do Presidente do Senado Federal na mídia, a dever graves denúncias.

Agora, sr. presidente, já me vejo envolvido em mais um episódio, o de estar negociando, fazendo um acordo para influenciar uma decisão do Conselho de Ética, porque senão eu serei a bola da vez, senão eu serei a bola da vez.

Sr. presidente, todos sabem

Fotos: Carlos Moura



ROBERTO SATURNINO REBATE ARGUMENTAÇÃO DE JADER: "O SENHOR ESTÁ ENVOLVIDO NESSE CASO (DA VIOLAÇÃO DO PAINEL) EM SUA ORIGEM"

das circunstâncias, e eu não preciso relata-las, pelas quais cheguei à presidência do Senado Federal. Tenho procurado me comportar, desde o primeiro dia, entendendo que a Casa é o coletivo, que a Casa é interpartidária e que o presidente deve ter o equilíbrio necessário para entender estar presidindo uma casa política e com representação partidária diversa. O meu desejo em relação ao Conselho de Ética no episódio do senador Antonio Carlos Magalhães e do senador José Roberto Arruda, do painel, é que o Conselho, com equilíbrio, estabelecendo a mais ampla defesa e o mais amplo contraditório, decida com sabedoria. As minhas divergências com o senador Antonio Carlos Magalhães não me estimulam, como presidente da Casa, a desejar absolutamente nenhuma violência em relação ao seu mandato. Obrigam-me sim, em relação a ele ou a qualquer outro integrante do Senado, a ter o equilíbrio, como presidente da Casa. Talvez alguns desejassem que nesta hora eu estivesse publicamente a estimular cassação de mandato, suspensão de mandato. Não farei isso. Sou o Presidente do Senado e, como Presidente do Senado, tenho a obrigação de manter o equilíbrio. E ninguém vai ouvir da minha boca, em todo esse processo, outra manifestação que não seja a do equilíbrio por parte do Senado.

Apresentarem-me como negociando para não ser a bola da vez! Isso é demais, Sr. Presidente! E venho aqui dizer ao Senado e dizer à imprensa, que é um dos pilares da democracia, que tem tantas obrigações quanto nós da área política temos, que apresentarei amanhã um projeto de decreto legis-

lativo ou de resolução, pedindo ao Senado que autorize previamente o Supremo Tribunal Federal a me processar, se alguém ingressar junto ao Ministério Público e esse puder oferecer denúncia. Não tenho nenhuma denúncia formalizada. Não aceito, portanto, essa especulação espúria que se faz. A partir de agora, aprovando o Senado uma resolução prévia, quem tiver denúncia que a apresente e se responsabilize por ela. Eu não posso aceitar essa campanha mesquinha e espúria.

Não me acovardei, sr. presidente, na época do regime militar e não vou me acovardar como presidente do Senado Federal, depois de ter percorrido todos os cargos da área legislativa e de ter sido governador do meu estado por duas vezes. Não vou aceitar essa campanha mesquinha, deliberada. Não, sr. presidente. A partir da agora quem tiver uma denúncia e não apresentá-la estará incorrendo no crime de omissão. Será omissor quem não apresentá-la. Quem a tiver que a apresente perante o procurador-geral da República. Peço encarecidamente aos meus colegas de Senado que aprovelem isso. Talvez seja algo inusitado. Talvez seja novo no Direito Constitucional que, mesmo sem o Supremo Tribunal Federal pedir, possa o Senado conceder. Mas neste momento considero inevitável e não posso aceitar essa mesquinhez daqueles que se acobertam atrás de uma imunidade que não é a parlamentar, mas é aquela imunidade que é a pior: a imunidade invisível, a imunidade da irresponsabilidade, daqueles que atacam e atacam por todos os meios e modos, esses, sim, cobertos pela imunidade.

Não, sr. presidente. Falo aqui como presidente da Casa, como colega e como companheiro. Quero e peço ao Senado que aprove essa resolução, que aprove esse decreto legislativo. A partir de agora, portanto, não teremos mais essa história de que pesam sobre o presidente do Senado, sobre o senador Jader Barbalho inúmeras denúncias, denúncias que constroem colegas senadores, que são entrevistados e não sabem o que dizer face a essas inúmeras denúncias que estão aí e que pairam sobre o presidente do Senado.

Sr. presidente, talvez tecnicamente não seja adequado esse instrumento, mas peço ao Senado que não falte com um dos seus integrantes e com o presidente da Casa que não deseja criar-lhe constrangimentos, que autorize previamente o Supremo Tribunal Federal a instaurar processo contra o Senador Jader Barbalho por denúncia formalizada pelo Ministério Público Federal. A partir daí essas inúmeras denúncias que me apresentam como constrangido, buscando um acordo para me livrar de ser a bola da vez, é a oportunidade, sr. presidente, que essas pessoas vão ter de apresentá-las.

Se alguém faz uma acusação, que o Ministério Público a recolla e formalize. O que não é possível é ser julgado, sr. presidente, desta forma, julgado sem contraditório, julgado por quem não tem autoridade para julgar. Vivemos, sr. presidente, numa sociedade de direito, numa sociedade organizada. Uma revista aqui substitui a Receita Federal e está acabado. Está acabado! Nunca recebi uma notificação da Receita Federal, mas está acabado! Tive uma evolução patrimonial irregular, e está acabado. Está sentenciado. Aliás, essa revista deveria substituir a Receita Federal e o seu proprietário deveria ficar no lugar do sr. Everardo Maciel. Pronto. Estaria resolvido o assunto.

A partir de agora, sr. presidente, o que desejo é que o Senado não me negue isto. Talvez estejamos fazendo uma construção nova no Direito Constitucional: a autorização prévia. Talvez a Câmara dos Deputados, onde tramita um projeto sobre imunidade parlamentar, possa apressar e votá-lo rapidamente para que ninguém diga que eu não seria processado porque tem um mandato de Senador e Senador não é processado.

Não, sr. presidente, faço um apelo no sentido de que a Casa não me negue isso.

(...) JADER BARBALHO

Quero apenas fazer um reparo: não serei eu que terei a oportunidade. Quem terá a oportunidade

são os que afirmam que pesam graves denúncias. Esses é que terão a oportunidade. Vamos dar a oportunidade a esses que afirmam que existem graves denúncias. O que não posso, o que não desejo é constranger o Senado. Não posso, por exemplo, assistir a uma entrevista do Senador Ramez Tebet num dos canais de televisão, em que ele falava sobre o episódio do painel, e depois o constrangimento do Senador, quando o entrevistador lhe perguntou: e o problema do senador Jader Barbalho? E o Senador Ramez Tebet ficou numa situação difícil.

Não há problema nenhum no Senado em relação à minha pessoa, mas o entrevistador não deixou de me incluir. Até acho que o senador Antonio Carlos Magalhães, que tem grande respeito por parte da Imprensa, tenha alguns torcedores neste episódio. Aí os torcedores do senador Antonio Carlos dizem assim: 'Coloque o Jader nisso. Inclua o Jader nisso! Como a coisa está muito dividida, eu acho que é isso. Eu vejo isso aqui e ali. Há certo apresentador de televisão que não se esquece: ele fala do painel, mas ele não pode encerrar a notícia do painel sem incluir o meu nome. Há que incluí-lo, de qualquer maneira!'

Então, srs. senadores, quase que me vejo na seguinte situação: se o senador Saturnino Braga não tiver cuidado, de repente vai me incluir no parecer do painel. Se não tiver cuidado, S. Ex^a vai dizer: 'Em um dos parágrafos, inclua-se também o senador Jader Barbalho no episódio do painel.' (Risos no Plenário.)

É uma situação difícil, sr. presidente, porque o debate passa a ser irracional. E não pode o Senado Federal, a Casa mais alta do Parlamento brasileiro, tratar um assunto dessa natureza de forma irracional. De forma alguma! Esse episódio do painel é o episódio do painel!

ROBERTO SATURNINO (PSB-RJ)

Permite V. Ex^a um aparte?

JADER BARBALHO

Com o maior prazer, senador Roberto Saturnino, com a certeza de que V. Ex^a não me incluirá no episódio do painel.

ROBERTO SATURNINO

Não o incluirei, certamente, porque V. Ex^a não é objeto da investigação neste caso, senador. Eu não ia apartear-lo, mas V. Ex^a refere-se a mim, obrigando-me a dizer, com toda a franqueza: senador Jader Barbalho, todo esse

episódio originou-se de uma troca de acusações muito graves entre V. Ex^a e o senador Antonio Carlos Magalhães. S. Ex^a lhe fez acusações muito graves, V. Ex^a fez a ele acusações muito graves! Só que, por causa da natureza das acusações feitas, é difícil ao Senado apurá-las com rigor, por falta de elementos e de estrutura, algo que o Ministério Público e o Poder Judiciário têm, além de terem essa responsabilidade e essa missão. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e o Plenário do Senado fazem um julgamento de natureza política. O julgamento dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda não se fundamentará nas acusações feitas por V. Ex^a e que são gravíssimas, mas nas quais não vamos entrar. A apuração e a verificação dessas acusações são missão do Ministério Público e do Poder Judiciário. Contudo, V. Ex^a está envolvido em todo esse assunto na sua origem. É negável que está, e não adianta V. Ex^a querer negar, porque a realidade mostra. Na imprensa, pode haver e certamente há exageros, esse clima denunciativo é verdadeiro. Agora, V. Ex^a está ligado a esse caso pela sua origem. Amanhã, V. Ex^a pode vir a ser julgado e até declarar que abre mão de sua imunidade para que o Ministério Público, o Poder Judiciário e o Supremo julguem — o que considero louvável. Entretanto, é outro tipo de apuração e julgamento, que nunca será feito no Senado. Amanhã, V. Ex^a pode vir a ser julgado pelo Senado, a partir do Conselho de Ética, por um comportamento, por exemplo, de falar com a verdade. Isso não estará no meu relatório, certamente, mas como V. Ex^a está envolvido neste caso todo, V. Ex^a pode vir a ser julgado, sim. E tanto pode vir a ser absolvido quanto pode vir a ser condenado. O que eu quero dizer é que as duas coisas são distintas, Senador. Os dois objetos de julgamento são distintos. Há Senadores da Bancada de V. Ex^a — desculpem-me dizer isso — que não gostaram do que V. Ex^a teria dito, de não ter nada a ver com uma pessoa que saiu carregada de acusações e, de repente, apareceu que essa pessoa tinha sido sócio da esposa de V. Ex^a. Alguns Senadores da Bancada de V. Ex^a não gostaram disso, porque consideraram que V. Ex^a faltou com a verdade perante seus companheiros. Não assisti a isso; não posso testemunhar. O que quero dizer é que se trata de duas coisas distintas pela sua natureza. O gesto de V. Ex^a é muito louvável, de abrir-se à investigação do Ministério Público e do Supremo Tribunal Federal. Entretanto, o julgamento que se faz nesta Casa é de outra natureza. E, amanhã, V. Ex^a também pode vir a ser julgado afirmando que será o objeto de um julgamento dessa natureza. Era isso que eu queria dizer, sem nenhum prejulgamento. Esteja V. Ex^a absolutamente certo de que não constará do relatório desse caso que estamos julgando.

JADER BARBALHO

Senador Roberto Saturnino, não só eu como V. Ex^a também poderá estar. Não é isso?

ROBERTO SATURNINO

Claro, Senador! É evidente.

JADER BARBALHO

Mas é preciso que exista, no mínimo, uma acusação! Discordo do que V. Ex^a afirma acerca da origem desse episódio. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, neste momento, está apreciando um fato relativo ao painel. Há que se ater exclusivamente a isso. O episódio no qual me vi envolvido em acusações recíprocas é outro. (...)